

QUEBRANDO BARREIRAS: O PERFIL DAS MULHERES NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS EM TODO O PAÍS

CAMILA GOULART DE CAMPOS¹; ROSANGELA MARIONE SCHULZ²

1 Dept de Sociologia e Política- ISP/UFPEL- camilagoulart61@hotmail.com

2 Dept de Sociologia e Política- ISP/UFPEL – rosangelaschulz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo discutir as diversas vertentes teóricas e empíricas que permeiam a participação feminina, nas instâncias representativas da democracia formal. Onde o foco principal o debate sobre o perfil das mulheres que compõe as casas legislativas em todo o país e os mecanismos que influenciam diretamente na sub-representação das mulheres no campo político¹.

A literatura que trata da sub-representação feminina no campo político se aprofunda na explicação das razões para a ausência das mulheres na política. São apresentadas três barreiras principais: o sistema eleitoral, o sistema partidário e a barreira cultural imposta pelo patriarcalismo.

Entretanto, pouco tem sido escrito sobre as mulheres que conseguem ultrapassar essas barreiras, particularmente sobre as representantes eleitas aos parlamentos brasileiro em suas três esferas (federal, estadual e municipal). Mais restrita, ainda, é a literatura que trata do perfil sócio-político das mulheres que compõe as casas legislativas subnacionais² e, sobretudo, os elementos que estão presentes nas carreiras políticas destas mulheres. O presente trabalho pretende contribuir para diminuir esta lacuna.

Ao observar a estatística eleitoral no pleito de 2010, é possível constatar que o número de mulheres eleitas nas casas legislativas em todo o país atinge a média de 12,8% do total de eleitos, existe apenas algumas variações estatísticas referentes ao número de eleitas por regiões do país. A região do país que apresenta a maior média estatística em relação ao número de mulheres eleitas no poder legislativo estadual é região Norte, com percentual de 15,6%. Em contrapartida, a região do Brasil que registrou o menor número de mulheres eleitas para Assembleias Legislativas é a região Centro-oeste, com uma percentual de 8,8% de deputadas estaduais.

2. METODOLOGIA

O trabalho pretende verificar quem são as mulheres que conseguem ultrapassar as barreiras simbólicas, que limitam a participação feminina nas instâncias de representação formal, especificamente nas casas legislativas em todo o país, a partir do debate teórico sobre os mecanismos responsáveis pela exclusão feminina na política.

¹ O termo campo político é referente ao conceito desenvolvido por Bourdieu. Segundo Bourdieu (2002, p.163-164), o campo político é composto por regras de atuações, imprimindo uma lógica competitiva e conflituosa para o campo político.

² O poder subnacional refere-se á poderes locais, províncias e poderes estaduais, no caso específico deste trabalho, o termo poder subnacional é empregado aos legislativos estaduais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os estudos referentes ao perfil das mulheres que conseguem ultrapassar as barreiras simbólicas impostas pelo campo político, podemos observar que à predominância de políticas com alto grau de escolaridade. Concomitante ao processo de formação de uma elite política, no Brasil, Avelar (2001, p. 50) destaca que as mulheres que ocupam cargos eletivos, no campo político tradicional, reproduzem o mesmo o mesmo padrão sócio-político das elites políticas masculinas.

Análogo ao processo de compreensão do perfil das mulheres que ocupam os cargos eletivos no campo político, o estudo de PINTO, MORITZ, SCHULZ E MORAES(2000, p. 16), indica que as mulheres possuem a característica de entrada tardia na carreira política. Esta característica se justifica pelo papel tradicional que as mulheres exercem na família, como a própria maternidade.

Com o intuito de compreender as peculiaridades que envolvem as mulheres no campo político, a literatura feminista identifica a existência de três tipos de dificuldades que as mulheres enfrentam para adentrarem no campo, definido sistematicamente como: a) o sistema eleitoral; b) o sistema partidário e c) a barreira cultural e simbólica que influencia diretamente todos os outros mecanismos organizativos da democracia representativa.

A limitação cultural é proveniente da dicotomia entre o público e o privado, nesta construção clássica dos papéis sociais, submete as mulheres a atividades da vida privada e é investida pela tradição de pensamento liberal. Porém, tal dicotomia é apontada por OKIN (2008, p. 306) como algo artificial imbricado da ideologia patriarcal. Desta forma, a divisão tradicional dos papéis sociais, constituída pelo discurso conservador dominante, faz com que as mulheres exerçam funções no mundo privado, alijando-as da participação na esfera política.

A barreira imposta às mulheres pelo sistema eleitoral pode ser observada pelo limitado número de mulheres eleitas nas instâncias de representação. O obstáculo eleitoral repercute em um complexo mecanismo de afastamento das mulheres do campo político, o qual é descrito por NORRIS (1997, p. 161) de acordo com três diferentes efeitos: a) a estruturação das candidaturas (a maior parte das principais candidaturas preferenciais do partido não são as candidaturas femininas); b) a magnitude eleitoral do distrito, isto é, de acordo com a problemática levantada por Norris, a porcentagem de voto; c) o processo de distribuição dos votos e das cadeiras no parlamento.

A desproporcionalidade eleitoral gera dificuldades para eleição de representantes de minorias sociais, pois para a sua eleição seria fundamental a ampliação do eleitorado.

De acordo com ARAÚJO (2005), o sistema partidário e as estratégias eleitorais adotadas pelos partidos políticos estão ligados diretamente às regras impostas pelo sistema eleitoral:

O sistema partidário, embora analiticamente visto como um componente institucional próprio, existe em relação com, influencia e é influenciado pelo sistema eleitoral. Isso significa considerar, também, que muito das estratégias dos partidos e a própria formatação do sistema partidário – maior ou menor fragmentação ou perenidade, entre outros –, não decorre exclusivamente das práticas dessas organizações. Ao contrário, os partidos são influenciados tanto pela cultura política mais geral como pelas características do sistema eleitoral (ARAÚJO, 2005, p.194).

O histórico das instituições partidárias nos remete ao processo de ampliação da participação política, constituindo-se como partidos dos notáveis (organizados nos parlamentos). Referente a esta barreira histórica, convém destacar os estudos de Pippa Norris e Joni Lovenduski, os quais foram apresentados no trabalho de URIARTE (1997, p. 67-69) e abordam a participação das mulheres na política e o processo de recrutamento dos partidos britânicos. No trabalho, são apresentados três fatores dificultadores para as mulheres adentrarem na esfera política através dos partidos políticos.

4. CONCLUSÕES

Uma política representacional concebe a sociedade democrática como uma malha intrincada de significados e interpretações das crenças e opiniões dos cidadãos a respeito de quais são seus interesses e crenças específicos, diferenciados e sujeitos à variação ao longo da vida real das pessoas. Na política representativa, diferentemente da democracia direta, os eleitores não são meras quantificações. Eles espelham a complexidade de opiniões e de influência política, nenhuma das quais é uma entidade computável aritmeticamente. Quando traduzimos ideias em votos, tendemos, às vezes, a nos esquecer dessa complexidade e a assumir que os votos refletem preferências individuais, ao invés de representarem opiniões (URBINATI, 2006, p. 210-211).

Dessa forma, os trabalhos voltados à análise sobre a sub-representação feminina na política tradicional, procuram reordenar os fatores responsáveis pela sub-representação, assim como, a identificação do perfil político das mulheres que conseguem ultrapassar as barreiras impostas pelo sistema político.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. "Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política". **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 24, n. 24, p. 193-216, 2005.

AVELAR, L. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

NORRIS, Pippa. Implicaciones de las diferencias de género en El comportamiento electoral. In: URIARTE e ELIZONDO (Orgs.). **Mujeres em política**. Barcelona: Editora Ariel, S.A, 1997.

NORRIS, Pippa. Procesos de reclutamiento legislativo: Una perspectiva comparada. In: URIARTE e ELIZONDO (Orgs.). **Mujeres em política**. Barcelona: Editora Ariel, S.A, 1997. p.134- 147.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 305-332, maio-agosto/2008.

PINTO, C. **Perfil, trajetórias, desempenhos: Uma pesquisa com as vereadoras gaúchas**/ Celi R. Pinto, Maria L. Moritz, Rosângela Schulz e Taís F. Moraes. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

